

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO

QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO 2019

CONCURSO PÚBLICO



NÍVEL: Superior
CARGO: Arquiteto

| | |
|---|---------|
| Língua Portuguesa | 01 a 10 |
| Noções de Informática | 11 a 15 |
| Conhecimentos Regionais | 16 a 20 |
| Legislação Pertinente ao Município de Porto Nacional/TO | 21 a 30 |
| Conhecimentos Específicos | 31 a 40 |

APLICAÇÃO: MANHÃ



ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da **FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A felicidade do corpo consiste na saúde, e a do espírito, na sabedoria.

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este CADERNO DE PROVAS contém um total de 40 questões, dispostas conforme o quadro acima.
2. Caso haja algum problema de impressão ou divergência quanto ao cargo, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
3. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:

Marque assim:



Não marque assim:



OBS: Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.

4. Ao terminar a prova, acene para chamar o aplicador para que sejam recolhidos este Caderno de Provas e sua Folha de Respostas (Gabarito).
5. Após a prova você poderá levar consigo somente o Gabarito Rascunho.
6. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.
7. De acordo com o item 10.18 do edital terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, smartphone, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, fones de ouvido, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: _____

RG: _____

ATENÇÃO:

O tempo disponível para a realização desta prova, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito) é de **3 horas**.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as **QUESTÕES** de **01** a **07**.

Os perigos semânticos do racismo

Casos de preconceito expõem uso indiscriminado da palavra "racismo", confundida com "injúria" e "apologia à violência".

Todas as profissões possuem vocabulário próprio, um glossário que permite comunicação mais efetiva entre os que trabalham em determinada área do conhecimento humano. Com o Direito não é diferente. As letras forenses são plenas de particularidades e aforismos próprios, familiares aos que militam nas lides judiciais, mas bastante estranhos à população em geral.

Alguns problemas surgem porque, ao contrário do que observamos em outras ciências, os termos jurídicos têm, não raro, um segundo significado, comum e muito difundido, circunstância que frequentemente leva confusão aos que batem às portas dos tribunais em busca de justiça. São palavras como: "queixa", "exceção", "suspeição", "competência", cujo significado popular difere, em muito, do sentido técnico, muitas vezes bastante difícil de ser explicitado ao leigo. Um dos exemplos mais veementes dessa dicotomia é o vocábulo "racismo".

Numa série de episódios recentes, de ataques a nordestinos e outros atores sociais, o termo voltou a movimentar o debate no país. Para o senso comum, "racismo" significa toda e qualquer forma de "preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior" (HOUAISS, 2009), englobando condutas variadas, que vão da simples ofensa verbal a atos sociais discriminatórios ou violência física.

Em sentido técnico, no entanto, o termo remete a "crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor", tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que usa, nas diversas figuras penais, frases como: "impedir ou obstar o acesso", "negar ou obstar emprego", "recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso", "recusar hospedagem", "recusar atendimento", "impedir ou obstar casamento", "impedir ou obstar convivência social" e outros comportamentos, sancionados com penas que variam de um mínimo de um a um máximo de cinco anos de reclusão [...]. São condutas ligadas à ideia de exclusão, de eliminação, de óbice concreto ao exercício de um direito, ao sentimento íntimo de proscrição do outro, que toma tais condutas desprezíveis.

É necessário, no entanto, diferenciar esses crimes da injúria (ofensa verbal), qualificada por "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência", prevista pelo art. 140, §3º, do Código Penal e que recebe pena abstrata de "reclusão de um a três anos e multa".

Mal comparando, para a lei, uma coisa é impedir alguém de entrar num restaurante ou tratá-lo mal por ele ser negro ou nordestino. Outra é injuriar alguém, com base em ofensas de conteúdo racial.

Tema bastante polêmico, não raro vemos nos noticiários pessoas, atingidas em sua honra por expressões alusivas à origem social ou étnica, dizendo-se vítimas de racismo e indignadas porque a autoridade policial não tipificou a conduta na Lei nº 7.716/89, mas sim na injúria prevista no Código Penal.

A própria mídia, por vezes desinformada, concorre para essa confusão e acaba, involuntariamente, por estimular o atrito, inquinando como faltosas condutas funcionais absolutamente corretas.

Importa esclarecer que a Justiça tem peculiaridades e o autor do delito, de uma forma ou outra, seja qual for o *nomen juris* (a denominação legal) dado ao fato, será efetivamente responsabilizado.

Necessário anotar, enfim, que eliminar tais comportamentos não é tarefa policial. É preciso, mais. É urgente que os homens se conscientizem de sua igualdade intrínseca e de que a cor da pele, a religião ou a origem social não os qualificam como melhores seres humanos. Assim como o Cavaleiro inexistente, de Italo Calvino, precisamos abandonar a narcísica armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na divina beleza de sua diversidade.

Fonte: DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano 5, nº 62, dez. 2010. (Adaptado).

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a interpretação do texto e as intenções do autor.

- (A) Enaltece a área jurídica por utilizar vocabulário e termos técnicos acessíveis a toda população.
- (B) Acusa a mídia de divulgar informações falsas, principalmente sobre ataques aos nordestinos.
- (C) Demonstra que alguns termos de conhecimento popular possuem significados distintos do vocabulário da área jurídica.
- (D) Defende que a população em geral deveria dominar as letras forenses, para que todos pudessem conquistar os seus direitos.

QUESTÃO 02

Acerca da discussão sobre o termo "racismo", apresentada pelo autor, analise as afirmativas.

- I. Há dois entendimentos para "racismo": um de conhecimento popular e outro de conhecimento jurídico.
- II. Em todas as instâncias jurídicas deve-se prevalecer o significado popular para "racismo", que denota alteridade.
- III. Juridicamente, "racismo" é entendido como toda e qualquer forma de preconceito, por exemplo, contra as pessoas pertencentes a uma raça ou etnia diferentes, caso dos nordestinos.
- IV. O termo "racismo" apresenta a mesma significação do vocábulo "injúria" na área do Direito Penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 03

Sobre as diferenças de sentido entre termos técnicos da área jurídica e os termos de conhecimento popular, assinale a alternativa **CORRETA** sobre qual problema essas diferenças podem ocasionar à população.

- (A) A propagação dos termos jurídicos corretos, pela mídia, em cada caso de queixa crime.
- (B) A inibição aos que buscam valer os seus direitos, mas que não encontram respaldo nas leis brasileiras.
- (C) A dificuldade em compreender a tipificação correta em casos de racismo e injúria, previstos na legislação.
- (D) O desconhecimento jurídico dos policiais ao informar a tipificação correta dos crimes de injúria e racismo ao cidadão comum.

QUESTÃO 04

A partir da leitura do fragmento “[...] precisamos abandonar a **narcísica** armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na **divina** beleza de sua **diversidade**.” (último parágrafo), assinale a alternativa **CORRETA** em que as palavras em destaque podem ser substituídas, respectivamente, sem prejuízo de sentido, por

- (A) Singela; terreal; igualdade.
- (B) vaidosa; sublime; pluralidade.
- (C) humilde; vulgar; multiplicidade.
- (D) presunçosa; estígia; homogeneidade.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa **CORRETA**. A palavra “Direito”, em destaque no texto (1º parágrafo), está grafada com a inicial em maiúscula, pois

- (A) está iniciando o período.
- (B) está aludindo à entidade mitológica e de cunho histórico.
- (C) está remetendo à forma de tratamento usada em instituições públicas.
- (D) está designando ciência, ou disciplina, ou sintetiza aspectos do engenho e do saber.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), o trecho: “preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior”, presente no 3º parágrafo, está entre aspas, pois

- (A) é citação textual direta.
- (B) é fragmento de obra literária.
- (C) é excerto conotativo e não referencial.
- (D) é expressão de cunho preconceituoso.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), a expressão *nomen juris* está grafada em itálico, porque

- (A) é expressão de formação híbrida.
- (B) é expressão em língua estrangeira já aportuguesada.
- (C) é expressão utilizada exclusivamente na área do direito penal.
- (D) é expressão latina não incorporada ao uso comum na língua portuguesa.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), para o atributo “concisão” deve-se:

- (A) exibir advérbios que denotem personalidade.
- (B) transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.
- (C) utilizar redundância e prolixidade para melhor clareza e compreensão do texto oficial.
- (D) utilizar adjetivos que destaquem a qualidade do que se pretende apresentar, com a finalidade de demonstrar consideração ao leitor.

QUESTÃO 09

Sobre os elementos de ortografia presentes no **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Pede-se que o travessão seja usado em casos em que se faz necessária a transcrição de trechos de fala.
- (B) Sugere-se a consulta a dicionários da língua quando há dúvidas sobre a grafia de determinada palavra.
- (C) Indica-se que o sinal de hífen deve ser evitado em comunicações oficiais, uma vez que o Novo Acordo Ortográfico não prevê seu uso.
- (D) Recomenda-se que palavras grafadas em itálico sejam acompanhadas de sinais gráficos de aspas para dar ênfase aos termos de origem estrangeira e latina.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa **CORRETA** em que todas as palavras estejam grafadas segundo a norma culta e/ou padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Piche, procrastinar, expansão.
- (B) Vissicitude, maldade, viagem.
- (C) Ancioso, compreensão, lacrimejar.
- (D) Exceção, excepcional, indentidade.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 11**

São categorias disponíveis no menu de Configurações no Microsoft Windows 10, **EXCETO**:

- (A) paint, docs e edge.
- (B) rede e internet, dispositivos e contas.
- (C) contas, hora e idioma e privacidade.
- (D) atualização e recuperação, personalização e sistema.

QUESTÃO 12

Recuo é um deslocamento das linhas em relação às margens do documento. Sobre o recuo de parágrafo no Microsoft Word 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Essa versão do Word não permite o uso de atalhos do teclado para realizar recuos de parágrafo.
- (B) O recuo do parágrafo pode ser aplicado a apenas um parágrafo por página e somente na primeira linha.
- (C) A caixa de diálogo *Parágrafo* não apresenta referências ao recuo, sendo necessário o usuário acessar a guia *Layout* para essa finalidade.
- (D) O recuo de parágrafo pode ser feito por meio da guia *Layout*, bem como pela régua, pela caixa de diálogo *Parágrafo* ou por atalhos do teclado.

QUESTÃO 13

Em alguns aplicativos de comunicação como o WhatsApp o tipo de criptografia utilizado é a ponta a ponta, ou seja, entre os dispositivos que estão trocando as mensagens. Com esse tipo de criptografia, somente quem está conversando possui a chave para ler a mensagem.

Neste contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a criptografia é responsável apenas por gerar um resumo da mensagem original.
- (B) a criptografia é responsável por cifrar a mensagem.
- (C) a criptografia é responsável por armazenar a mensagem em um servidor seguro.
- (D) a criptografia é responsável por garantir a entrega da mensagem ao destinatário.

QUESTÃO 14

Acerca da impressão de planilhas do Microsoft Excel 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho é necessário selecionar previamente a parte que se deseja imprimir.
- (B) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho, basta clicar na opção *Imprimir por partes* disponível na guia *Revisão*.
- (C) Para imprimir apenas partes de uma planilha o usuário não necessita selecionar previamente a parte que deseja imprimir.
- (D) O atalho Ctrl + S permite o usuário imprimir diretamente uma planilha.

QUESTÃO 15

Qual a URL indicada para transmissões que envolvem informações sigilosas e que oferece conexão segura:

- (A) ftp://www.portonacional.to.gov.br
- (B) http://www.portonacional.to.gov.br
- (C) https://www.portonacional.to.gov.br
- (D) smb://www.portonacional.to.gov.br

PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS

QUESTÃO 16

Ritxòkò significa 'boneca de cerâmica' e são confeccionadas por mulheres, desde a modelagem, a queima até a pintura. As bonecas Ritxòkò, desde 2012 foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial brasileiro.

Sobre as bonecas Ritxòkò é **CORRETO** afirmar que são confeccionadas pelas mulheres do povo

- (A) Krahô.
- (B) Karajá.
- (C) Xerente.
- (D) Xambioá.

QUESTÃO 17

É **CORRETO** afirmar que a unidade do relevo que está localizada na quádrupla fronteira entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia alcançando mais de 800 metros de altitude, e constitui o limite ocidental da região do Jalapão recebe o nome de:

- (A) Chapada do Araripe.
- (B) Chapada Diamantina.
- (C) Chapada dos Guimarães.
- (D) Chapada das Mangabeiras.

QUESTÃO 18

Durante o giro da folia do Divino Espírito Santo ocorre uma dança que é uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres que em dupla, acompanhados de viola e pandeiro se divertem e divertem a população com gesto de alegria e sensualidade.

É **CORRETO** afirmar que essa dança típica, que carrega fortes marcas de cultura e tradição das comunidades do interior do

Tocantins como Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Conceição do Tocantins, Peixe e Tocantinópolis recebe o nome de:

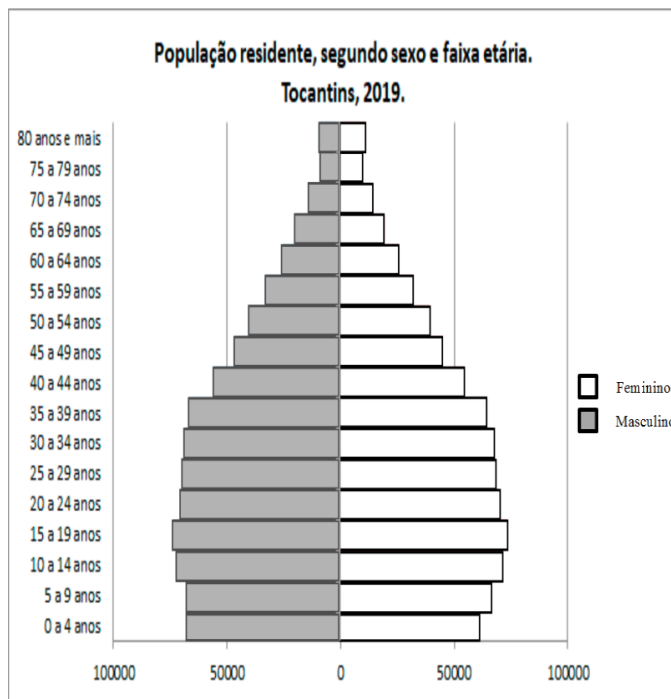
- (A) Zouk.
- (B) Salsa.
- (C) Sússia.
- (D) Merengue.

QUESTÃO 19

É **CORRETO** afirmar que uma das primeiras edificações construída em Palmas, no ano de 1989, que foi sede do Poder Executivo de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991. Abrigou ainda a Casa Civil e a Casa Militar, as secretarias do Interior, da Comunicação e da Agricultura. Também serviu, por pouco tempo, de residência oficial do Governador, e atualmente abriga o:

- (A) Palácio Araguaia.
- (B) Memorial Coluna Prestes.
- (C) Museu Histórico do Tocantins.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

QUESTÃO 20



Fonte: Disponível em: <https://www.conass.org.br/guiainformacao/tocantins-2/> Acesso em 02/05/2019. (Adaptado).

Considerando a pirâmide etária do Tocantins é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os jovens de 15 a 19 anos correspondem à faixa populacional com maior incidência na composição populacional do estado.
- (B) A população idosa no estado Tocantins é numericamente superior à população jovem.
- (C) O número de mulheres adultas representa a metade do número de homens adultos.
- (D) O número de crianças de zero a 4 anos é superior ao de crianças de 05 a 09 anos.

PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO**QUESTÃO 21**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à organização do Poder Legislativo, o mandato da Mesa da Câmara Municipal será de:

- (A) um ano, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (B) um ano, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (C) dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (D) dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

QUESTÃO 22

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- II. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais do Município, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- III. As contas do Município ficarão, durante quatro meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte municipal, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos em que a lei indicar.
- IV. A Câmara Municipal e o Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa **INCORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto ao processo legislativo, compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de lei que:

- (A) disponha sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- (B) estabelece a Lei de Zoneamento Municipal.
- (C) trate da criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Indireta e Autárquica, bem como a fixação das respectivas remunerações.
- (D) disponha sobre o Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores municipais.

QUESTÃO 24

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à Procuradoria da Câmara Municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete à Procuradoria da Câmara Municipal exercer a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Legislativo Municipal.
- (B) Os Procuradores Jurídicos da Câmara Municipal officiarão nos atos e procedimentos administrativos da Câmara, propiciando o controle interno da constitucionalidade e da legalidade e prestarão aos Vereadores, indistintamente, consultoria e assessoria técnico-jurídica, entre outras atribuições.
- (C) A Lei de iniciativa da Mesa da Câmara organizará a Procuradoria da Câmara Municipal, disciplinará sua competência e disporá sobre o ingresso na classe inicial, privativo de advogados em pleno exercício da profissão, mediante concurso público de provas e títulos instituindo plano de carreira, vencimentos e vantagens.
- (D) Compete à Mesa da Câmara indicar ao plenário em lista quádrupla, relacionando bacharéis em Direito, dentre os quais será nomeado, por aprovação da maioria e por tempo indeterminado.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **CORRETA**. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de:

- (A) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (B) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 26

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), os cargos públicos serão providos, **EXCETO**:

- (A) Reintegração.
- (B) Recomendação.
- (C) Reversão.
- (D) Nomeação.

QUESTÃO 27

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), dentre outros motivos, a pena disciplinar de demissão será aplicada ao servidor nos seguintes casos, **EXCETO**:

- (A) Reincidência de falta de cumprimento do dever funcional.
- (B) Incontinência pública escandalosa.
- (C) Ofensa, em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa.
- (D) Revelação de segredo de que tenha conhecimento em razão de suas funções.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A posse será dispensada no caso de nomeação do candidato aprovado em concurso público.
- (B) A posse será dispensada no caso de indicação de candidato para cargo em comissão ou de confiança.
- (C) A posse será dispensada no caso de reintegração.
- (D) A posse não será dispensada em nenhuma circunstância.

QUESTÃO 29

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), quanto à nomeação para o cargo público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para cargo de provimento efetivo.
- II. A nomeação dar-se-á em comissão, mediante livre escolha do chefe do poder executivo municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.
- III. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para o provimento de cargo de caráter comissionado, nas funções de chefia, direção ou de secretário do município.
- IV. A nomeação dar-se-á em caráter temporário para provimento de cargo efetivo sujeito à extinção.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), as faltas funcionais prescreverão no seguinte prazo:

- (A) em 1 (um) ano quando a falta for sujeita à pena de multa ou suspensão.
- (B) em 3 (anos) anos quando a falta for sujeita à pena de destituição de cargo em comissão ou de função pública.
- (C) em 4 (quatro) anos quando a falta for sujeita à pena de aposentadoria.
- (D) quando a ação ou omissão do servidor for tipificada na lei penal, de acordo com esta será o prazo prescricional.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº10.257, de julho de 2001, regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, com o intuito de promover a redução da desigualdade social no país.

Analise as afirmativas abaixo sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade.

- I. As diretrizes gerais do Estatuto da Cidade visam regular o uso da propriedade urbana visando o bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e o equilíbrio ambiental.
- II. O Estatuto da Cidade coloca o entendimento de direito a cidades sustentáveis como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- III. Uma das diretrizes gerais da política urbana é promover a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- IV. Dentre os instrumentos e institutos previstos no Estatuto da Cidade, estão: o plano diretor, a gestão orçamentária participativa, a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, o direito de preempção e a regularização fundiária.
- V. O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes e a lei que o instituir deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as alternativas I, II, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 32

A Lei Federal nº 6.766, de dezembro de 1979, institui normas sobre o parcelamento do solo urbano, visando regular a ocupação urbana.

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao conteúdo dessa Lei.

- (A) Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.
- (B) Não será permitido o parcelamento em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- (C) Os lotes terão área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (D) Ao longo de águas correntes e dormentes, as autoridades competentes podem determinar a reserva de uma faixa não edificável menor do que 15 (quinze) metros.

QUESTÃO 33

As afirmativas abaixo estão alinhadas aos princípios da sustentabilidade urbana.

- I. Cidades com baixa densidade que promovem expansão urbana prematura oneram os custos de infraestrutura e afetam negativamente o meio ambiente.
- II. O planejamento dos transportes deve estar de acordo com o planejamento do uso do solo, intensificando a ocupação urbana nos eixos prioritários de transporte de massa.
- III. As cidades que são compactas e possuem diversidade de usos e baixa segregação socioespacial promovem o aumento de distâncias nos deslocamentos e, conseqüentemente, estimulam a utilização de veículos automotores.
- IV. O cumprimento da função social da propriedade está em desacordo com o desenvolvimento urbano sustentável, uma vez que não promove a diminuição das desigualdades socioespaciais.
- V. A Nova Agenda Urbana é o documento mais recente aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em 2016 em Quito, a qual reafirma o compromisso global para o desenvolvimento urbano sustentável e orienta a urbanização sustentável pelos próximos anos.

Considerando-se as afirmativas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- (C) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 34

A Lei Federal nº 11.124, de junho de 2005, dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor de tal Fundo.

Sobre as aplicações dos recursos do FNHIS, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) os recursos podem ser aplicados na aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.
- (B) os recursos podem ser aplicados na recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, para fins de habitação de interesse social.
- (C) os recursos podem ser aplicados na aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais vinculados aos programas de habitação de interesse social.
- (D) os recursos podem ser aplicados na implantação de saneamento básico e infraestrutura urbana em loteamentos de qualquer natureza, mesmo que não sejam complementares aos programas habitacionais de interesse social.

QUESTÃO 35

A versão recente da norma brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos (ABNT NBR 9050) é de 2015 e deve ser um guia de consulta a ser utilizado nos projetos dos espaços construídos.

Assinale a resposta **INCORRETA** sobre os termos e definições constantes na NBR 9050.

- (A) Rampa é uma inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento, com declividade igual ou superior a 30%.
- (B) Área de transferência é um espaço livre de obstáculos, correspondente no mínimo a um módulo de referência, a ser utilizado para transferência por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, observando as áreas de circulação e manobra.
- (C) Linha-guia é qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como referência de orientação direcional por todas as pessoas, especialmente as com deficiência visual; e guia de balizamento é um elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres.
- (D) Piso tátil é o piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.

QUESTÃO 36

As diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana foram instituídas pela Lei Federal nº 12.587, de janeiro de 2012, que visam contribuir para o acesso universal à cidade.

As afirmações a seguir expressam as diretrizes da Lei referida.

- I. Integração entre os modos e serviços de transporte urbano.
- II. Priorização dos modos de transporte motorizado sobre os não motorizados e do transporte individual motorizado sobre os serviços de transporte público coletivo.
- III. Integração da política de mobilidade urbana prioritariamente com a política setorial econômica.
- IV. Priorização de projetos de transporte motorizado individual estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.
- V. Incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as alternativas I, III e V estão corretas.
- (D) Apenas as alternativas I e V estão corretas.

QUESTÃO 37

Analise as afirmativas a seguir em relação a conhecimento do software AutoCAD.

- I. O comando *align* não tem a função de alinhar objetos.
- II. O comando *ray*, cria uma linha que se inicia em um ponto e continua para o infinito.
- III. O comando *extrude* tem entre as suas funções criar um sólido ou superfície em 3D ao estender um objeto em 2D.
- IV. O comando *array* só pode ser feito de duas formas: *Rectangular Array* (array retangular) e *Polar Array* (array circular).
- V. AutoCAD é um software comercial amplamente usado para desenhos 2D e 3D.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e V estão corretas.

QUESTÃO 38

O Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 tem como marco legislar na organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) possui 4 livros de tombos de bens materiais.

Assinale a resposta **CORRETA** sobre em quais livros de tombos as obras de relevância para a nação brasileira devem ser inscritas.

- (A) livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, livro do tomo histórico, livro do tomo das belas artes e livro do tomo das artes aplicadas.
- (B) livro do tomo arquitetônico e urbano, livro do tomo histórico e cultural, livro do tomo das artes manuais e livro do tomo de monumentos móveis e imóveis.
- (C) livro do tomo de elementos naturais, livro do tomo cultura e história, livro do tomo dos artesanatos e livro do tomo das obras de artes.
- (D) livro do tomo de bens arquitetônicos, livro do tomo dos bens urbanos, livro do tomo dos bens artesanais e dança e livro do tomo de bens da literatura e cinema.

QUESTÃO 39

A ABNT NBR 6492, normatiza a representação de projetos de arquitetura.

Assinale a alternativa que traz a resposta **CORRETA** para a definição de corte segundo essa normativa.

- (A) A representação gráfica de planos internos ou de elementos da edificação.
- (B) Plano secante vertical que divide a edificação em duas partes, seja no sentido longitudinal, seja no transversal.
- (C) Vista superior do plano secante horizontal, localizado a aproximadamente 1,50m do piso em referência.
- (D) Plano secante horizontal que divide a edificação em duas partes, seja no sentido longitudinal, seja no transversal.

QUESTÃO 40

O plano de gestão e de conservação de cidades que são patrimônio cultural com a perspectiva da sustentabilidade urbana e das ações estratégicas deve garantir a observância de alguns pré-requisitos.

Com base nessa informação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Assegurar a manutenção do que existe de específico, de irreprodutível, de não renovável, não aliando novos objetivos econômicos e sociais, pensando somente na paisagem urbana e não no convívio da população.
- (B) Garantir a manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica.
- (C) Promover o contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação.
- (D) Promover a sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais.